



uff UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUDITOR

E4

Instruções ao candidato

- Ao receber o **Caderno de Questões**, confira o cargo, se é aquele para o qual você está concorrendo, e verifique se estão impressas as sessenta questões.
- Além deste **Caderno de Questões**, você receberá o **Cartão de Respostas**. Caso não o tenha recebido, peça-o ao **Fiscal de Sala**.
- Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções de preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente o erro ao Fiscal. O **Cartão de Respostas** sem assinatura poderá ser invalidado.
- Cada questão apresenta cinco opções de respostas, com apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido ao candidato: usar instrumentos auxiliares para cálculo e desenho; portar material que sirva de consulta; copiar as opções assinaladas no **Cartão de Respostas**.
- O tempo disponível para responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas** é de quatro horas.
- Reserve pelo menos os vinte minutos finais para o preenchimento do **Cartão de Respostas**, que deve ser feito com caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Quando terminar de responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas**, entregue todo esse material ao Fiscal de Sala.
- Retirando-se do local da prova após ter decorrido três horas do início, você poderá levar o **Caderno de Questões**.



Após o aviso de início da prova, os candidatos só poderão se retirar do local decorrido o tempo mínimo de noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

CAMINHO SEM RECULO

1 Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país. Elas se apoiam em raciocínios de um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas. Contra ideias argumenta-se com contraditos, terreno da paixão. Já os fatos lidam com resultados objetivos. É este, sem dúvida, o caminho mais indicado para a discussão sobre a necessidade ou não de o Estado controlar a circulação de armamento e de limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade (bem como, em casos restritos, a profissionais que, por força de suas atribuições, têm assegurado o direito à autodefesa). Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social.

2 A primeira Campanha de Desarmamento, instituída a partir da adoção do Estatuto do Desarmamento (2003), tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005. Foi incontestável o impacto sobre os índices de criminalidade dessa primeira investida contra o armamentismo indiscriminado. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país. Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas. É um dado que precisa ser avaliado não só pelo ângulo do combate à violência, mas também da saúde pública (o SUS deixou de gastar no período R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala) e pelo viés social (a quantidade de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes). A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram.

3 Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país. O Brasil, com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrorizante até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo, diz o Ministério da Justiça. Isso porque não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, por mais crucial que seja essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, por mais avançada que seja (caso do Estatuto), sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas. Há, ainda, providências inadiáveis que precisam se juntar aos passos já dados - como aumentar o rigor do controle de fronteiras, por onde passa boa parte do arsenal que abastece quadrilhas do crime organizado, depuração de organismos policiais comprovadamente contaminados pela promiscuidade com o crime, maior rigor da Justiça com a aplicação das restrições e das punições previstas no Estatuto, etc.

4 No plebiscito de 2005, rejeitada a proibição da venda de armas de fogo (decisão soberana da maioria dos cidadãos), perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento. Uma

das faturas desse equívoco ficou registrada, por exemplo, num documento da CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados: no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas. Não há razão para duvidar que esta seja a realidade em todo o país. Há, portanto, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não. Trata-se de contencioso social que pressupõe não só ações tópicas, mas providências estratégicas reunidas numa permanente política de Estado.

(Editorial. O Globo. 03/11/11, p. 6.)

01 A leitura do parágrafo 1 permite depreender que, na visão do editorialista, a questão do desarmamento civil no país:

- (A) só será resolvida se o Estado passar a controlar a circulação de armamento e limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade;
- (B) depende da atuação de profissionais que, por força de suas atribuições, garantem o direito de autodefesa e segurança dos cidadãos;
- (C) vem sofrendo profundo desgaste à medida que passa por considerações de toda ordem contrárias ao efetivo controle das armas em mãos da população;
- (D) tem de ser analisada com dados objetivos, ou argumentos de provas concretas, não com contraditos movidos pela paixão;
- (E) precisa se apoiar em raciocínios amplos que vão da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas.

02 No parágrafo 2, o editorialista enumera os ganhos resultantes das campanhas de desarmamento, entre os quais NÃO se pode incluir o seguinte:

- (A) teve enorme impacto sobre os índices de criminalidade, reduzindo drasticamente a ação da Polícia no sentido de coibir os homicídios por armas de fogo;
- (B) segundo estimativas do Ministério da Saúde, somente em 2004 foram poupadas mais de 3 mil vidas no país;
- (C) pelo viés social, foi considerável o número de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes;
- (D) tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005;
- (E) de 2003 a 2006, o SUS deixou de gastar R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala.

03 No parágrafo 3, o editorialista desenvolveu uma linha de raciocínio que, em relação ao parágrafo 2, se apresenta principalmente como:

- (A) um conjunto de ideias que exprimem um efeito negativo das campanhas de desarmamento, ficando claro que só entregar armas não diminui os índices de violência;
- (B) um contraponto de ideias, em face da constatação de que, apesar das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país;
- (C) um resumo de ideias para explicar por que o Brasil, segundo o Ministério da Justiça, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo;
- (D) um contra-argumento à iniciativa de desarmar a população civil, demonstrando que o país tem problemas sérios de gestão na área de segurança, estando ainda despreparado para o desarmamento;
- (E) um reforço a favor da ideia das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, desde que sejam tomadas providências, como aumentar o rigor do controle de fronteiras, depurar organismos policiais e ter uma Justiça que aja com maior rigor.

04 No parágrafo 4, ao abordar o plebiscito ocorrido em 2005, no qual foi rejeitada a proibição da venda de armas de fogo, o editorialista deixa clara a seguinte posição a respeito desse resultado:

- (A) ceticismo em relação ao resultado, pois é uma realidade em todo o país que grande parte do armamento usado pelo narcotráfico provém do comércio legalmente estabelecido;
- (B) acatamento, por ter sido uma decisão tomada pela maioria da população, cabendo às autoridades o desafio de travar a guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência;
- (C) inconformidade em relação ao resultado, pois, como ficou provado num documento da CPI da Assembleia Legislativa do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas;
- (D) certeza de que foi uma sábia decisão, uma vez que se trata de contencioso social que pressupõe ações tópicas e providências estratégicas de uma permanente política de Estado;
- (E) respeito à decisão soberana da maioria dos cidadãos, mas defesa do ponto de vista de que se perdeu uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

05 A conjunção em caixa alta no período “Há, PORTANTO, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não” (parágrafo 4) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por todas as formas relacionadas abaixo, EXCETO por:

- (A) conquanto;
- (B) por conseguinte;
- (C) pois;
- (D) à vista disso;
- (E) dessa maneira.

06 Os dois fragmentos destacados no trecho “não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, POR MAIS CRUCIAL QUE SEJA essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, POR MAIS AVANÇADA QUE SEJA” (parágrafo 3) exprimem o sentido de:

- (A) causa;
- (B) finalidade;
- (C) concessão;
- (D) consequência;
- (E) comparação.

07 Das alterações feitas abaixo na redação do período “Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país” (parágrafo 1), aquela que está INCORRETA, quanto à concordância, de acordo com a norma culta da língua, é:

- (A) Poderão existir considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (B) Devem ocorrer considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (C) Existem considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (D) Hão de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (E) Tem de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.

08 Lendo-se com atenção o período “Porque É em números e estatísticas, dados bem objetivos, QUE se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social” (parágrafo 1) e analisando-se o valor discursivo dos termos em caixa alta, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que NÃO se registra o mesmo valor discursivo é:

- (A) Sem o respeito às normas do Estatuto do Desarmamento, a população é que sofre.
- (B) É numa atuação mais consistente das autoridades que repousa a esperança da população.
- (C) É pela consciência ativa da população que se vai encontrar a solução para o problema.
- (D) Do comércio legal é que sai a maior parte do armamento usado pelos criminosos.
- (E) A esperança é que haja um controle rigoroso das armas nas mãos da população civil.

09 Na estruturação do período “Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3), o editorialista desenvolveu seu pensamento com base em três relações de sentido, as quais, na ordem em que ocorrem no texto, são:

- (A) concessão / meio / finalidade;
- (B) causa / consequência / modo;
- (C) concessão / consequência / causa;
- (D) consequência / concessão / modo;
- (E) meio / finalidade / causa.

10 Nos itens abaixo, foram extraídas orações do texto e, ao lado de cada uma, foi feita a conversão de voz verbal. Houve INCORREÇÃO na conversão da voz verbal em:

- (A) “o Estado controlar a circulação de armamento” (parágrafo 1) / a circulação de armamento ser controlada pelo Estado.
- (B) “Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas” (parágrafo 2) / Somente em 2004 estimou-se que tenham poupado mais de 3 mil vidas.
- (C) “É um dado que precisa ser avaliado” (parágrafo 2) / É um dado que precisam avaliar.
- (D) “o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3) / o país ainda se assusta com o perfil da violência decorrente da criminalidade armada.
- (E) “perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento” (parágrafo 4) / perderam uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

11 Das alterações feitas abaixo na redação do trecho “um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas” (parágrafo 1), aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:

- (A) um arco que se abre da ideologia àquilo que é do interesse da indústria de fabricação de armas.
- (B) um arco que se abre da ideologia à toda e qualquer defesa da indústria de fabricação de armas.
- (C) um arco que se abre da ideologia àqueles que defendem os interesses da indústria de fabricação de armas.
- (D) um arco que se abre da ideologia à própria identidade de defesa da indústria de fabricação de armas.
- (E) um arco que se abre da ideologia à imprensa, desde que haja defesa da indústria de fabricação de armas.

12 Das alterações feitas abaixo na redação da oração adjetiva do período “A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram” (parágrafo 2), aquela em que está INCORRETO o emprego do pronome relativo, na perspectiva da regência, é:

- (A) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas nas quais milhares de pessoas se engajaram.
- (B) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em cujo lema foi denominado “Ação de Desarmamento”.
- (C) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas durante as quais houve muitos incidentes.
- (D) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas às quais a imprensa se referiu.
- (E) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em consequência das quais houve substancial redução no número de armas.

13 Observe as vírgulas empregadas no trecho “com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrador até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo” (parágrafo 3). Pode-se afirmar que, entre os trechos abaixo, aquele em que o emprego de vírgula obedeceu à mesma regra de pontuação das vírgulas empregadas no trecho acima é:

- (A) “Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações” (parágrafo 1);
- (B) “tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005” (parágrafo 2);
- (C) “Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país” (parágrafo 2);
- (D) “sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas” (parágrafo 3);
- (E) “no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas” (parágrafo 4).

14 Os termos destacados no trecho “É um dado que precisa ser avaliado NÃO SÓ pelo ângulo do combate à violência, MAS TAMBÉM da saúde pública” (parágrafo 2) são responsáveis, entre os constituintes do período, por uma correlação de sentido:

- (A) adversativo;
- (B) explicativo;
- (C) aditivo;
- (D) alternativo;
- (E) conclusivo.

15 O nome em caixa alta no trecho “decisão soberana da maioria dos CIDADÃOS” (parágrafo 4) está corretamente flexionado para o plural. Dos pares abaixo, com nomes flexionados para o plural, o par em que um dos nomes está INCORRETAMENTE flexionado é:

- (A) vulcões / guardiões;
- (B) cristãos / anciãos;
- (C) ermitães / capitães;
- (D) catalães / sacristãos;
- (E) tabeliães / escrivãos.

16 No trecho “PORQUE é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas” (parágrafo 1), o termo em caixa alta está corretamente grafado. Sabendo-se que o referido termo pode ser grafado de quatro formas distintas, pode-se afirmar que está INCORRETA a frase:

- (A) Por que havia tantas armas nas mãos dos cidadãos?
- (B) Quero saber por que há tantas armas nas mãos dos cidadãos.
- (C) Não se sabia o porquê de haver tantas armas em poder dos cidadãos.
- (D) Havia muitas armas em poder dos cidadãos por quê?
- (E) Desconhecia-se a razão porque ainda havia muitas armas em poder dos cidadãos.

17 O nome em caixa alta no trecho “em internações de potenciais VÍTIMAS de ferimentos à bala” (parágrafo 2), do ponto de vista do gênero, é feminino, mas pode ser usado para indivíduos de ambos os sexos (são chamados sobrecomuns). Nas frases abaixo também foram usados nomes sobrecomuns, entre os quais está com emprego INCORRETO o seguinte:

- (A) Quem anda armado pode tornar-se um algoz para seus semelhantes.
- (B) O marido descobriu que sua cômjuge portava uma arma.
- (C) É preciso fazer a defesa de nossos entes queridos.
- (D) Havia uma testemunha que ainda iria depor.
- (E) Um marginal armado pode tornar-se um verdadeiro verdugo.

18 A forma verbal em caixa alta no trecho “contra os armamentos que CEVAM a criminalidade e a violência” (parágrafo 4) – que significa “alimentam”, “nutrem” – é homônima da forma SEVAM, do verbo “sevar”, usada no sentido de “raspam” (sevar a mandioca para fazer farinha). Considerando-se a necessidade de se ajustar ao contexto o emprego de termos homônimos, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que a lacuna é preenchida pelo segundo termo indicado entre parênteses é:

- (A) Para se ____ (ascender / acender) socialmente, é preciso boa educação.
- (B) A Justiça determinou que o sentenciado ____ (expiasse / espiasse) seus crimes em regime fechado.
- (C) A criminalidade costuma ser maior nos ____ (extratos / estratos) menos favorecidos da sociedade.
- (D) Os que portam armas podem ser ____ (tachados / taxados) de perigosos.
- (E) Com a greve, somente a ____ (seção / sessão) de telegramas estava atendendo.

19 Tomando-se os vocábulos “discussão” (parágrafo 1) e “adoção” (parágrafo 2), constata-se que em ambos, na última sílaba, o mesmo som é grafado de formas distintas – com SS e com Ç –, fato que constitui um problema ortográfico em português. Nos pares abaixo, aquele em que uma das palavras foi grafada INCORRETAMENTE, por ter-se confundido as duas formas acima descritas, é:

- (A) digreção / progressão;
- (B) infração / admissão;
- (C) ereção / concessão;
- (D) exceção / submissão;
- (E) execução / repressão.

20 O verbo em caixa alta no trecho “Trata-se de contencioso social que PRESSUPÔE não só ações tópicas” (parágrafo 4) é derivado do verbo PÔR, cuja flexão é irregular. Das frases abaixo, com derivados do verbo PÔR, está INCORRETA quanto à flexão verbal a seguinte:

- (A) Os estados não dispõem de fiscais suficientes para exigir o cumprimento das leis.
- (B) Os policiais compuseram um grupo de elite que inibiu o uso de armas.

- (C) Naquele tempo, as pessoas contrapunham-se à ordem constituída.
- (D) As pessoas anteporam seus interesses aos da coletividade.
- (E) Esperava-se que o plebiscito repusesse os ganhos do Estatuto do Desarmamento.

Parte II: Conhecimentos Específicos

21 Quando a lei confere à Administração Pública o poder para a prática de determinado ato, estipulando todos os requisitos e elementos necessários à sua validade, ela está caracterizando o poder:

- (A) regrado;
- (B) discricionário;
- (C) normativo;
- (D) hierárquico;
- (E) disciplinar.

22 Com relação à Administração Pública, o ente destituído de personalidade jurídica própria, que possui um só centro de competência, representa:

- (A) uma entidade de estrutura composta;
- (B) um órgão de atuação funcional singular;
- (C) um órgão de estrutura simples;
- (D) uma entidade de estrutura autônoma;
- (E) um órgão de atuação funcional simples.

23 O princípio constitucional da Administração Pública que determina que os atos dos administradores públicos devem ser voltados para o interesse público denomina-se:

- (A) legalidade;
- (B) impessoalidade;
- (C) moralidade;
- (D) publicidade;
- (E) eficiência.

24 O princípio doutrinário da Administração Pública que exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar denomina-se:

- (A) equidade;
- (B) equilíbrio;
- (C) supremacia;
- (D) autotutela;
- (E) razoabilidade.

25 A limitação do poder de polícia que significa a exigência de uma relação necessária entre a limitação ao direito individual e o prejuízo a ser evitado denomina-se:

- (A) eficácia;
- (B) coercibilidade;
- (C) necessidade;
- (D) proporcionalidade;
- (E) atividade negativa.

26 O requisito do ato administrativo representado pelo poder atribuído ao agente da administração para o desempenho específico de suas funções, que decorre sempre de lei e é inderrogável, denomina-se:

- (A) competência;
- (B) motivação;
- (C) base legal;
- (D) finalidade;
- (E) objeto.

27 O atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, independente de sua concordância, quando se trata de obrigações, denomina-se:

- (A) autoexecutoriedade;
- (B) veracidade;
- (C) presunção de legitimidade;
- (D) tipicidade;
- (E) imperatividade.

28 Quanto ao regramento, os atos administrativos para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições para a sua realização denominam-se atos:

- (A) constitutivos;
- (B) compostos;
- (C) vinculados;
- (D) discricionários;
- (E) complexos.

29 O instrumento jurídico pelo qual a Administração Pública extingue um ato válido por razões de conveniência e oportunidade denomina-se:

- (A) revogação com efeitos *ex tunc*;
- (B) anulação com efeitos *ex nunc*;
- (C) convalidação com efeitos *ex nunc*;
- (D) revogação com efeitos *ex nunc*;
- (E) anulação com efeitos *ex tunc*.

30 Nos casos em que não há possibilidade de competição nos certames da Administração Pública, há a situação, com respectivas hipóteses, de:

- (A) licitação deserta, cujas hipóteses são taxativas;
- (B) dispensa de licitação, cujas hipóteses são taxativas;
- (C) inexigibilidade de licitação, cujas hipóteses são taxativas;
- (D) dispensa de licitação, cujas hipóteses são exemplificativas;
- (E) inexigibilidade de licitação, cujas hipóteses são exemplificativas.

31 Na modalidade de licitação denominada concorrência, o requisito prévio que diz respeito à regularidade formal do candidato, no que se refere à sua personalidade jurídica, ao demonstrar aptidão efetiva para exercer direitos e contrair obrigações, denomina-se:

- (A) qualificação técnica;
- (B) habilitação jurídica;
- (C) regularidade fiscal;
- (D) qualificação econômico-financeira;
- (E) habilitação técnica.

32 Por razões de interesse público, a Administração Pública tem o poder de extinguir a própria relação contratual. Trata-se de um caso de:

- (A) alteração unilateral;
- (B) rescisão unilateral;
- (C) evicção;
- (D) anulação contratual;
- (E) inexecução legal.

33 Os serviços que a administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou através de terceiros são denominados:

- (A) de concessão privada;
- (B) próprios do Estado;
- (C) de utilidade pública;
- (D) impróprios do Estado;
- (E) de uso coletivo.

34 Quando o Estado formaliza o processo de descentralização através de lei, ou seja, cria uma entidade e a ela transfere determinado serviço público, verifica-se o(a):

- (A) convênio;
- (B) delegação;
- (C) concessão;
- (D) investidura;
- (E) outorga.

35 Com relação à responsabilidade civil do Estado, existem algumas teorias explicativas para sua admissibilidade. A teoria que exige que a vítima comprove apenas o nexa causal entre o fato administrativo e o dano causado denomina-se:

- (A) da culpa administrativa;
- (B) do risco integral;
- (C) da culpa objetiva;
- (D) do risco objetivo;
- (E) do risco administrativo.

36 O princípio orçamentário que preconiza que lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação da despesa para o próximo exercício, denomina-se princípio:

- (A) da exclusividade;
- (B) convergente;
- (C) orientador;
- (D) da especialização;
- (E) homologatório.

37 Com relação às classificações orçamentárias da despesa, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público é denominado:

- (A) funcional-programática;
- (B) função;
- (C) programa;
- (D) rubrica;
- (E) agregado.

38 O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para o aperfeiçoamento ou expansão da ação do governo, denomina-se:

- (A) tarefa;
- (B) meta;
- (C) objetivo de ação;
- (D) projeto;
- (E) resultado.

39 A classificação orçamentária cuja finalidade é indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados, denomina-se:

- (A) item de despesa;
- (B) elemento de despesa;
- (C) modo de execução;
- (D) modalidade de aplicação;
- (E) por fontes.

40 No processo orçamentário, após a etapa da execução orçamentária, deve ser mais uma vez iniciada a fase do ciclo orçamentário denominada:

- (A) elaboração da proposta orçamentária;
- (B) discussão da lei orçamentária;
- (C) auditoria externa do ciclo orçamentário;
- (D) auditoria interna do ciclo orçamentário;
- (E) controle de avaliação da execução orçamentária.

41 O instrumento de contabilidade pública que visa a comparar o orçamento aprovado com o executado, demonstrando as receitas arrecadadas com as liquidadas, denomina-se:

- (A) balanço de superavit orçamentário;
- (B) demonstração do resultado fiscal;
- (C) balanço orçamentário;
- (D) resultado orçamentário líquido;
- (E) balancete de apuração do deficit público.

42 O instrumento de contabilidade pública que visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio líquido da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, denomina-se:

- (A) razonete de patrimônio;
- (B) demonstração das variações patrimoniais;
- (C) balanço de variações passivas;
- (D) balancete de variações patrimoniais;
- (E) mutações do patrimônio público.

43 A medida do comportamento fiscal do governo num período, representando a diferença entre a arrecadação das receitas inerentes à função arrecadadora do Estado (excluindo-se as receitas de aplicações financeiras) e as despesas orçamentárias do governo no mesmo período (excluindo-se as despesas com amortização, juros e encargos da dívida) é denominada:

- (A) superavit fiscal;
- (B) lucro governamental;
- (C) resultado primário;
- (D) resultado operacional;
- (E) deficit orçamentário.

44 Na apuração do resultado nominal pelo método conhecido como "abaixo da linha", são considerados apenas os itens de financiamento. Isto significa que:

- (A) a receita corrente é comparada com a despesa corrente, excluindo juros;
- (B) a receita de capital é comparada com a despesa de capital;
- (C) a despesa de capital é somada às receitas de privatização;
- (D) a dívida líquida do ano é comparada com a dívida líquida do ano anterior;
- (E) o resultado operacional não considerou os juros da dívida.

45 Com relação ao Fundo Constitucional de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados, é correto afirmar que:

- (A) constitui transferências de receitas a Estados e Municípios;
- (B) é fonte de recursos da seguridade social;
- (C) é financiado com 22,5% da receita do IR;
- (D) trata-se de dispositivo advindo da Lei Complementar nº 87/96;
- (E) foi instituído a partir da LC 101/00.

46 O registro dos atos administrativos que não alteram o patrimônio líquido da Instituição Pública, mas que podem alterá-lo no futuro, é realizado pelo sistema:

- (A) de compensação;
- (B) de avais e fianças;
- (C) patrimonial;
- (D) compensado;
- (E) liquidado.

47 A parcela dos recursos financeiros liberados pela STN aos órgãos que recebem recursos do orçamento, que não é utilizada durante o exercício e constitui antecipação de montante do exercício seguinte, denomina-se:

- (A) repasse diferido;
- (B) cota financeira diferida;
- (C) sub-repasse antecipado;
- (D) crédito orçamentário antecipado;
- (E) dotação diferida.

48 Quaisquer informações ou dados que revelem ou evidenciem formas de julgamento sobre atos e fatos administrativos revelados pelo sistema contábil ou de controle da entidade são denominados:

- (A) indicadores;
- (B) notas explicativas;
- (C) apontamentos;
- (D) direcionadores;
- (E) indicativos.

49 O saldo de almoxarifado deve estar compatível com o inventário de bens elaborado no encerramento do exercício. Na Administração Pública Federal, o documento que permite uma conciliação desta conta com os valores do estoque físico denomina-se:

- (A) Balancete de Conciliação Física;
- (B) Extrato de Conciliação do Almoxarifado;
- (C) Balanço de Movimentação de Estoques;
- (D) Relatório de Movimentação de Almoxarifado;
- (E) Registro de Movimentação Física.

50 Na contabilidade pública, as contas de retenções, obrigações, restos a pagar e depósitos pertencem:

- (A) à dívida ativa;
- (B) ao passivo compensado;
- (C) ao passivo permanente;
- (D) à dívida fundada;
- (E) ao passivo financeiro.

51 Dentre os indicadores de gestão, aquele que mostra a atenção da gestão com o bom uso dos recursos financeiros, por definição, escassos, desde a adequação da proposta orçamentária das metas a serem atingidas, passando pela coerência com os preços de mercado, pelo desenvolvimento de fontes alternativas de receita e pela obtenção dos menores custos por produto gerado, denomina-se:

- (A) economicidade;
- (B) efetividade;
- (C) eficácia;
- (D) seletividade;
- (E) essencialidade.

52 Se o valor do orçamento for alterado por excesso de arrecadação, ou por inclusão de operação de crédito não prevista inicialmente, ou ainda pela inclusão do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial, ocorrerá:

- (A) alteração do crédito adicional;
- (B) inclusão adicional de crédito;
- (C) dotação suplementar;
- (D) provisão orçamentária adicional;
- (E) provisão adicional de receita.

53 Na Administração Pública, toda compra de material de consumo passa pelo estoque, até mesmo as compras para consumo imediato, que entram no estoque por compra e saem automaticamente, por consumo imediato. As demais compras que vão para o estoque saem:

- (A) mediante requerimento;
- (B) por baixa;
- (C) por requisição;
- (D) mediante suprimento;
- (E) por avocação.

54 A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao SUS, denomina-se:

- (A) destaque;
- (B) repasse intergovernamental;
- (C) adjudicação;
- (D) transferência voluntária;
- (E) movimentação voluntária.

55 A entrega de numerário a um servidor para atender despesas que não podem ser realizadas pelos processos normais de pagamento, sujeitas a prestação de contas posterior, denomina-se:

- (A) depósito autorizado;
- (B) suprimento de fundos;
- (C) caixa baixa da entidade;
- (D) despesas miúdas de pronto pagamento;
- (E) caixa pequeno do órgão.

56 O órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é o(a):

- (A) Tribunal de Contas da União;
- (B) Secretaria de Controle Interno;
- (C) Controladoria Geral da União;
- (D) Ministério Público Federal;
- (E) Secretaria do Tesouro Nacional.

57 O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços é parte integrante do(a):

- (A) execução financeira do orçamento;
- (B) controle da execução orçamentária;
- (C) realização das metas auditadas;
- (D) controle de auditoria programática;
- (E) auditoria por amostragem.

58 Os conceitos de visão, missão, valores, metas, expectativas e objetivos são úteis para a auditoria:

- (A) da qualidade;
- (B) operacional;
- (C) de sistemas;
- (D) contábil;
- (E) integral.

59 Na obtenção de evidências e em atendimento aos objetivos da atividade de auditoria, o auditor deverá realizar, na extensão julgada necessária, os testes adequados nas circunstâncias. Para tanto, deve delimitar a finalidade da evidência, a qualidade da evidência e os critérios para a sua obtenção. Quando há coerência com as observações, conclusões e recomendações da auditoria, diz-se que a evidência atendeu a qualidade denominada:

- (A) consistência;
- (B) adequação;
- (C) suficiência;
- (D) pertinência;
- (E) referência.

60 Constitui regra mandatória e indeclinável no exercício, aquela que impõe ao auditor governamental o dever de utilizar os dados e as informações de seu conhecimento tão só e exclusivamente na execução dos serviços que lhe foram confiados. Trata-se da regra de:

- (A) objetividade;
- (B) cautela profissional;
- (C) zelo profissional;
- (D) comportamento ético;
- (E) sigilo e discrição.

